

Sarney exige que se cumpra a Carta

"Serei o maior servidor do novo texto", afirmou o Presidente

Em seu pronunciamento, que durou cerca de 14 minutos e 58 segundos, feito hoje às 19h47 e às 20h03, em cadeia nacional de rádio e televisão, o presidente José Sarney afirmou que "a Constituição não deve ser mais discutida", depois de saudar a Assembleia Nacional Constituinte e elogiar o deputado Ulysses Guimarães. Sarney prometeu que será o maior servidor do novo texto constitucional, que vai ser promulgado nesta quarta-feira, mas argumentou que não dará o direito de ninguém censurá-lo, porque ninguém é mais democrático no Brasil como ele. No final da fala, que vai ser repetida às 12h40 desta quarta-feira, o Presidente pregou a união de todos os brasileiros na defesa da moderna democracia brasileira, implantada com a nova ordem constitucional.

O presidente Sarney explicou as críticas que fez à Constituinte durante a fase de elaboração do texto, argumentando que sempre agiu com espírito público, não ensinando mas praticando a demo-

cracia, através da tolerância, com o seu estilo de conviver com a discordância, com humildade, compreensão, renúncia e sacrifício, perdão e anistia: "Eu dei o verdadeiro espírito cristão de saber conviver e respeitar ao próximo. Dei o melhor de minha vida". Ele lembrou que convocou a Constituinte e que deu plenas liberdades dela trabalhar em paz e liberdade. No seu entender foi a Constituinte mais livre do Brasil, porque trabalhou sem "pelas e sem interferências".

As medidas tomadas recentemente para regulamentar o novo texto Constitucional foram justificadas pelo presidente Sarney, para que a nova Federação chegassem dentro da paz, da democracia e da liberdade, já que a nova Constituição traz novas responsabilidades da União, dos Estados e dos Municípios. O Congresso Nacional vai ser co-participante do Governo, como manda a nova ordem constitucional, comentou, para observar que sempre defendeu o fortalecimento do Poder Legislativo, assim como as con-

quistas sociais, e emendou: "Divisão de responsabilidade é a linha mestra da nova Federação".

O presidente Sarney fez questão de lembrar que o mandato de quatro anos que era defendido por várias correntes da Constituinte colocava em risco o processo democrático. Com a promulgação da nova Constituição, Sarney considera que "tempo de passou, está passando", o País está com a vitória ao alcance da mão, porque a nova Carta Magna está pronta, concluído o processo de transição, e com altos índices de crescimento econômico. Outro ponto de destaque enfatizado por Sarney foi a renegociação da dívida externa. Para Sarney faltou somente resolver o problema da inflação e equilibrar as finanças do País, e garantiu que vai deixar o Governo em ordem para o seu sucessor.

E desejo que a nova Constituição assegure ao Brasil anos de paz, de avanços, de prosperidade, de compreensão e senso de dever — foram os votos de Sarney.

O que disse o Presidente

Brasileiras e Brasileiros

Amanhã é uma data histórica para nosso País. Será promulgada a nova Constituição brasileira. E a consagração do Estado de direito, implantado com antecedência desde 1965, no meu Governo. Compromisso de todos nós com o Brasil. Estado de direito, das leis. E não dos homens e nem da força, na velha e clássica definição. Compromisso que honrei.

Convoquei a Constituinte, delhe plenas condições de trabalhar em paz e liberdade. Foi a Constituinte mais livre do Brasil, sem peias e sem interferências. Dediquei-me com todas as forças, na garantia do processo de transição.

A Constituição nasce com um País em paz. Sem prioridade militar, repressão ou sombras institucionais. As instituições consolidaram-se. Mas cumprimos um longo caminho. Tão seguro e rápido que muitos não tiveram conhecimento de sua grandeza e profundidade. Vamos recordar:

— restabelecimento das eleições diretas, livres e com sufrágio universal, em todos os níveis e em todo o País;

— legalização dos partidos clandestinos. Acabamos com a segregação ideológica e a discriminação;

— liberdade dos sindicatos;

— restabelecimento da independência e prerrogativas do Poder Legislativo e do Poder Judiciário;

— suspensão de todas as intervenções nas organizações sindicais;

— fortalecimento da Federação é efetiva autonomia política dos Estados e Municípios;

— reforma da legislação eleitoral, facilitando a criação de novos partidos, democratizando a militância política;

— acesso dos candidatos e partidos ao rádio e televisão;

— eleições para as capitais e municípios de segurança nacional em novembro de 85;

— eleições para deputados, senadores, governadores, assembleias legislativas em novembro de 86;

— e agora estamos em plena campanha com absoluta liberdade e tranquilidade para as eleições municipais em todo o Brasil;

— assinatura da convenção contra a tortura e penas cruéis nas Nações Unidas.

E tantas medidas democráticas que fizeram o País voltar à normalidade institucional.

Tive tolerância, paciência, humildade. Não preguei a democracia, praticuei com meu exemplo. Minha missão maior, sempre acreditou, era a transição democrática. Mas não me limitei a esse ângulo apenas. Entretivei os problemas do País. Esforçei-me, lutei, sofrí.

Herdei a maior dívida do mundo, todos sabem, um País em recessão, com alta taxa de desemprego, salários baixos e com grandes perdas acumuladas. Herdei um ministro.

Para debelar a inflação — que é o grande mal e que não é só nosso, é do mundo inteiro, que penaliza e destrói os mais pobres, os assalariados, tentei várias medidas buscando acertar.

Ouví economistas — os maiores do País — tomel as medidas mais duras, tive lutas com o setor internacional. E tivemos êxitos e tivemos fracassos.

Porque implantou-se no País, e eu considero, orquestradamente, a disseminação do pessimismo, a filosofia do tudo está perdido, a filosofia do desânimo.

Para ajudar o Brasil? Isso ajuda o Brasil? Não acredito. Acredito que ela tenha a intenção, teve a intenção, ao ser divulgada, da mudança do poder.

O poder pelo poder. Espalhou-se que só um mandato de quatro anos resolveria o problema. Resistí. Não por mim. Mas pelo Brasil.

Eu sabia, e sei, que se permitissemos que as coisas tomassem esse caminho, o processo democrático estaria gravemente comprometido. A transição, ameaçada.

Agora, quero dizer ao povo brasileiro que considero que a tempestade passou, está passando. Estamos com a vitória ao alcance das nossas mãos. Mão que devem estar unidas. Vejamos: a Constituição está feita. Chegamos ao fim do processo de transição. O Brasil está com índices de crescimento altos. Neste ano já crescemos 30%. O maior crescimento da América Latina. E um dos maiores do mundo. A renda per capita subiu 12,4%.

Quando assumi, o tema era recuperar os salários em 4 anos. No segundo ano já tínhamos recuperado as perdas. O desemprego está em apenas 3,8%. As safras agrícolas são as maiores da nossa história.

A nossa exportação vai chegar ao fim do ano a 32 bilhões de dólares.

A nossa balança produz saldos comerciais de em média 1,5 bilhão de dólares ao mês.

Solucionamos os acordos da dívida externa.

Nossa situação financeira internacional está regularizada.

Estamos pagando menos em prazos maiores.

Quando assumi, o salário mínimo em 15 de março de 85 era de 40 dólares e 23 centavos. Hoje é de 65 dólares. Sei que é pouco. Mas tenho feito a política do aumento real do salário mínimo, de modo a dobrá-lo durante o período do meu governo.

Olhei os mais pobres. Programas sociais alcançaram milhões de brasileiros, antes esquecidos.

Resta resolver um grave problema da inflação.

Mas eu acredito: Vamos vencê-la. Ninguém se engane! Vamos chegar ao fim do governo com a inflação domada. Deixarei o Brasil em ordem. As finanças restauradas, para que o meu sucessor não tenha que administrar os problemas dramáticos que tive. Saudemos assim a Constituição como um passo à frente na nova Federação. Antes de ela existir, tomei todas as medidas institucionais, para que ela chegasse com o Brasil dentro da paz e da democracia e da liberdade que nós todos desfrutamos. Ela traz novas responsabilidades. Minhas e de todos. Da União, dos Estados e dos Municípios.

O Congresso será co-participante do Governo. Teremos de governar juntos, assim determina a Constituição. Sempre defendi um Congresso forte, deputado que fui durante 27 anos. E sempre defendi conquistas sociais. Divisão de responsabilidades é a linha mestra da nova Federação.

Muito obrigado e boa noite.

Os prefeitos são eleitos para resolver os problemas dos Municípios, os governadores para tratar dos problemas dos Estados e o Presidente com a função bem maior de tratar no conjunto dos problemas de todo o Brasil.

E é fácil o prefeito dizer que o responsável é o governador, o governador dizer que é o Presidente. E o Presidente: a quem vai cobrar? A ninguém pode reclamar?

Mas cada um de nós foi eleito para exercer as suas funções. Responsabilidade não se transfere.

A nova Constituição dá uma nova estrutura a estas responsabilidades. Está nascendo a nova Federação, do Governo Federal, do Estadual, do Municipal. Cada um com sua atribuição delimitada.

Brasileiras e Brasileiros

Exige-se que o Governo seja a salvação e o responsável por tudo.

Na Monarquia, era o Rei o guardião dos privilégios da nobreza.

Na República, alguns acham que o Presidente tem que ser o guardião das minorias privilegiadas.

E é muito fácil dizer que o responsável por tudo é o Presidente.

Mas o Brasil caminha para resolver, encontrar soluções para seus graves problemas. O Brasil está no mundo.

E o que acontece com o mundo? Sempre administração de mundo?

Em todo lugar há problemas e aqui temos problemas.

Brasileiras e Brasileiros

Existe a falta de problemas? Onde existe o paraíso?

Onde?

Em todo lugar há problemas e aqui temos problemas.

Brasileiras e Brasileiros

Saudamos a Constituinte. Os constituintes que tiveram pertinácia e espírito público. O Dr. Ulysses Guimarães, essa figura histórica, simbólica, respeitada e credora da admiração do povo brasileiro, pelo que fez, pela sua obstinação patriótica.

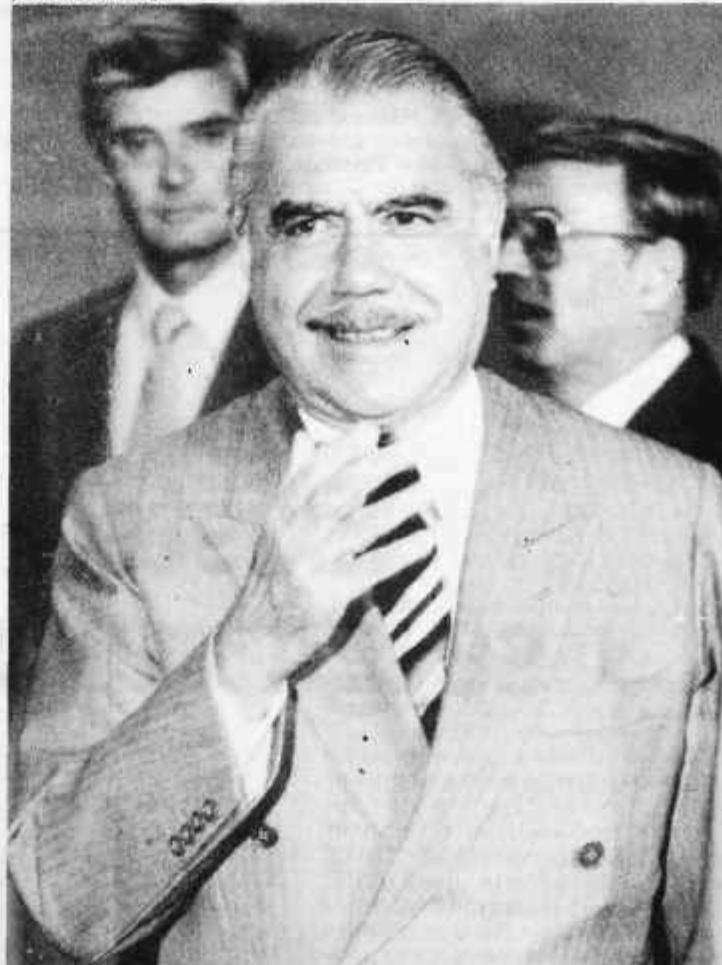
A Constituição não deve mais ser discutida. Eu a critiquo, sempre com espírito público, na fase de elaboração.

Amanhã ela será lei. Ela é história. Serei o seu maior servidor. Eu a convoquei. Serei o primeiro a jurá-la. Lutarei pelo seu êxito. E não tenho que dar a ninguém o direito de me censurar. Porque ninguém mais democrista neste País do que eu. Não ensinei democracia, devo, repto; praticuei. Trouxe paz ao País. Da tolerância, um estilo de conviver com a discordância. Do humor, compreensão, renúncia, sacrifício, perdão, anistia. Eu dei o verdadeiro espírito cristão de saber conviver e respeitar ao próximo. Dei o melhor de minha vida.

E desejo que a nova Constituição assegure ao Brasil anos de paz, de avanços, de prosperidade, de compreensão e senso de dever.

Estejamos todos, brasileiros e brasileiros, todos, unidos, deputados, senadores, governadores, povos, Presidente, para torná-la o grande instrumento da Federação, da moderna democracia brasileira fundada nestes novos tempos.

Muito obrigado e boa noite.



Sarney: não é mais hora de se discutir, mas cumprir

Um prolongado adeus ao velho decreto-lei

O ritmo de trabalho no Palácio do Planalto, especialmente na Consultoria Geral da República, foi frenético nos últimos dias, numa tentativa de driblar a Constituição, promulgada hoje, e que cassa grande parte das prerrogativas do Executivo, ao mesmo tempo em que as transfere ao Legislativo. E, em consequência desse trabalho, a Nação assistiu surpresa a uma avalanche de decretos do presidente Sarney, que a partir de hoje não mais poderá editá-los sem a aprovação do Congresso Nacional.

Um dos primeiros decretos baixados na enxurrada dos últimos dias foi o que substituiu a Secretaria Geral do Conselho de Segurança Nacional pela Secretaria de Assessoramento da Defesa Nacional (SADEN), órgão autônomo, vinculado à Presidência da República. Na sexta-feira passada, outro decreto presidencial autorizou aumento de 120 por cento na dívida externa das estatais, no mercado informal, reduzindo em 80 por cento o imposto de importação incidente sobre os insumos que se destinam às empresas de televisão e radiodifusão, o que acaba com os subsídios para o setor portuário, e o que criou o Conselho Superior de Defesa da Liberdade, Criação e Expressão, que somente poderiam ter validade — sem a aprovação do Congresso Nacional — se publicados até a edição do Diário Oficial do dia.

Além destes decretos, os primeiros baixados na enxurrada dos últimos dias foi o que substituiu a Secretaria Geral do Conselho de Segurança Nacional pela Secretaria de Assessoramento da Defesa Nacional (SADEN), órgão autônomo, vinculado à Presidência da República. Na sexta-feira passada, outro decreto presidencial autorizou aumento de 120 por cento na dívida externa das estatais, no mercado informal, reduzindo em 80 por cento o imposto de importação incidente sobre os insumos que se destinam às empresas de televisão e radiodifusão, o que acaba com os subsídios para o setor portuário, e o que criou o Conselho Superior de Defesa da Liberdade, Criação e Expressão, que somente poderiam ter validade — sem a aprovação do Congresso Nacional — se publicados até a edição do Diário Oficial do dia.

Além destes decretos, os primeiros baixados na enxurrada dos últimos dias foi o que substituiu a Secretaria Geral do Conselho de Segurança Nacional pela Secretaria de Assessoramento da Defesa Nacional (SADEN), órgão autônomo, vinculado à Presidência da República. Na sexta-feira passada, outro decreto presidencial autorizou aumento de 120 por cento na dívida externa das estatais, no mercado informal, reduzindo em 80 por cento o imposto de importação incidente sobre os insumos que se destinam às empresas de televisão e radiodifusão, o que acaba com os subsídios para o setor portuário, e o que criou o Conselho Superior de Defesa da Liberdade, Criação e Expressão, que somente poderiam ter validade — sem a aprovação do Congresso Nacional — se publicados até a edição do Diário Oficial do dia.

Esta quantidade enorme de decretos não foi surpresa para os repórteres que cobrem o Palácio do Planalto. E que na semana passada, em conversa informal com a imprensa na festa comemorativa dos 20 anos da revista Veja, o consultor-geral da República, Saulo Ramos, havia prometido "um verdadeiro festival" de decretos e decretos-lei. "Temos uma Constituição nova, com direitos novos e não vamos regular? Pensam que vão fazer campanha para prefeitos? Nada disso, vamos é trabalhar!", declarou o consultor, que já está trabalhando na elaboração de dezenas de medidas provisórias que o Executivo encaminhará ao Legislativo, nos próximos dias.

Porto Alegre — Na corrida para saber qual será o primeiro brasileiro a conseguir as informações secretas arquivadas no Serviço Nacional de Informações (SNI), o advogado Wilson Afonso Kopp dos Santos está bem posicionado. Sua advogada, Eneida Ferme Santos, já está com um requerimento pronto e dará entrada hoje no Supremo Tribunal Federal, invocando o novo direito do habeas-data. No pedido, a advogada justifica o encaminhamento ao STF lembrando as declarações do general Ivan de Souza Mendes. Ministro-chefe do SNI de que fornecerá "apenas informações que, a seu exclusivo critério, não sejam consideradas sigilosas".

MONARQUIA — Os serviços de inteligência de vários países estão detonando informações segundo as quais os atentados terroristas no Japão, contra a monarquia, procedem dos grupos que querem o rearmamento do país. São nações que querem vender armas a quem conta com uma das moedas mais fortes do globo.

Advogado quer saber o que SNI sabe dele

Porto Alegre — Na corrida para saber qual será o primeiro brasileiro a conseguir as informações secretas arquivadas no Serviço Nacional de Informações (SNI), o advogado Wilson Afonso Kopp dos Santos está bem posicionado. Sua advogada, Eneida Ferme Santos, já está com um requerimento pronto e dará entrada hoje no Supremo Tribunal Federal, invocando o novo direito do habeas-data. No pedido, a advogada justifica o encaminhamento ao STF lembrando as declarações do general Ivan de Souza Mendes. Ministro-chefe do SNI de que fornecerá "apenas informações que, a seu exclusivo critério, não sejam consideradas sigilosas".

OAB não vê garantia de direitos humanos

Assembleia Nacional Constituinte — A Constituição não deve trazer grandes mudanças na área dos direitos humanos. Eles continuaram a ser respeitados apenas para a minoria da população que tem posses e é de raça branca".

A dura constatação foi feita ontem pelo jurista Fábio Konder Comparato, palestrante da XII Conferência Nacional da OAB, em Porto Alegre. Comparato e o outro palestrante, professor Herman Baeta, advertem que a simples promulgação da nova Constituição não garante o respeito aos direitos humanos no Brasil, embora o seu texto traga alguns avanços e garantias neste sentido.

Segundo os dois juristas, as transformações dependem do processo político e econômico do País.

Dizendo que a "desigualdade social no Brasil é tão grande que se tornou imune ao direito", o professor Comparato afirmou que sem igualdade social não